

Museu do Trincheira tropical



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Muitos historiadores assumem a função de astrônomos do passado, observam, analisam, explicam, mas não guiam os leitores pelos caminhos da história. Ruy Castro não se limita a essa astronomia: ele nos conduz como um guia caminhando pelo passado, mostrando como era a sociedade no tempo que estuda. Em *Trincheira tropical*, deslumbra o leitor levando-o pelas ruas do Rio de Janeiro nos anos da Segunda Guerra Mundial. Mostra a cidade e o país no cenário naquele tempo, desvenda e conta os bastidores dos debates políticos e seus movimentos consequentes, ao mesmo tempo em que narra a vida que seguia. Ruy nos conduz entre os personagens que participaram da vida política, militar e cultural daquele período, por um fascinante passeio pelo passado. Não se arvora em astrônomo, mas em guia de museu vivo. Os livros de história nos trazem o passado, *Trincheira tropical* nos leva ao passado. Graças ao olhar do historiador e sua imensa bagagem de informações, assistimos como testemunhas aos fatos daqueles anos. *Trincheira tropical* é um ponto de observação a partir do qual podemos perceber e caminhar pelo passado em um momento decisivo da história mundial e nacional.

O Rio de Janeiro deveria organizar um roteiro turístico inspirado na obra, para que nossos alunos dos ensinamentos fundamental e médio conheçam a história. O leitor poderia percorrer lugares onde a história aconteceu: visitar endereços que ainda existem, entrar em edifícios que permanecem, olhar pelas janelas de onde os personagens de Ruy Castro contemplavam a cidade — muitas vezes com a intenção de mudar não apenas a paisagem política, mas também a urbana. Locais como o porto de onde partiram e voltaram os pracinhas; os palácios do Catete e da Guanabara, onde Getúlio tomava decisões; a casa onde Luís Carlos Prestes foi preso e a rua em que Olga Benário foi capturada; o endereço onde integralistas reuniam multidões para tentar implantar um fascismo tropical; o Cassino da Urca e o Hotel Copacabana Palace, onde brasileiros e estrangeiros se divertiam, espionavam e conspiravam — todos poderiam compor um guia turístico do *Trincheira tropical*.

Esse roteiro não daria conta da riqueza histórica que Ruy Castro construiu, mas inspiraria o visitante a se deslumbrar com a história viva e a perceber nuances da política brasileira. Sem emitir juízos de valor, apenas descrevendo, ele revela uma característica central de nossos políticos: a facilidade em mudar radicalmente de lado no espectro ideológico e programático. Como o jovem comunista radical Carlos Lacerda, que sabemos ter se transformado no grande tribuno da direita; Getúlio Vargas, de ditador de direita a condutor da democracia e pai dos trabalhadores e dos pobres; Dutra, de admirador de Mussolini a comandante dos pracinhas na derrota ao fascismo na Itália; Dom Hélder Câmara, San Tiago Dantas

e tantos outros que, de jovens integralistas, se tornaram líderes democratas de esquerda.

Ruy Castro expõe o heroísmo, as dificuldades e as vitórias de nossos pracinhas no campo de batalha — e o descuido que receberam dos dirigentes nacionais logo após o desfile militar no retorno dos sobreviventes. Mostra como, para eleger Dutra, o governo moribundo de Getúlio relegou os oficiais comandantes da FEB, com receio de que o heroísmo militar os transformasse em líderes eleitorais. Passado o primeiro impacto da vitória, até mesmo a população os via mais como viajantes de volta da Itália do que como heróis que ajudaram na guerra a garantir a vitória da democracia sobre o fascismo. Cita como a multidão correu para o jipe conduzido pelo comandante Cordeiro de Farias, porque o motorista era o soldado Perácio, jogador do Flamengo. Mais do que o soldado no campo de batalha em Monte Castelo, o carioca vibrava pelo jogador no Maracanã.

Felizmente, nem todos os historiadores são astrônomos do passado. Alguns ainda são viajantes que nos guiam pela paisagem política, cultural e militar do passado, ajudando-nos a ver e a nos encantar com aqueles tempos — e a percebermos como eles moldaram a maneira como somos sem aprendermos ainda a usar a democracia para construir o futuro que desejamos e temos potencial para alcançar. Entre esses viajantes no tempo, Ruy Castro tem sido nosso grande historiador, especialmente pelo domínio da narrativa que seduz o leitor do início ao fim em uma obra cheia de informações, nuances e suspense: como se fosse um relato jornalístico de alta qualidade com a profundidade de um texto de grande historiador.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (irriterina) // circacunha.df@dabr.com.br

Eleitor paga promessas de campanha

Em matéria tributária, o paradoxo brasileiro é tão evidente que quase não causa estranhamento. A recente atualização da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, apresentada como medida de alívio às camadas de menor renda, repete um enredo conhecido: na prática, mantém privilégios para os mais ricos e pouco altera a desigualdade estrutural.

Em 2024, a carga tributária bruta brasileira alcançou 32,32% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados do Tesouro Nacional. O número coloca o país entre os que mais tributam no mundo, em patamar semelhante ao de economias desenvolvidas, mas sem a correspondente qualidade nos serviços públicos. O paradoxo agrava-se quando se observa que, apesar da pesada arrecadação, o Brasil ocupa a pior posição no ranking do Estudo IRBES 2023, que avaliou o retorno social dos tributos entre os 30 países com maior carga tributária.

Na prática, cobra-se como país rico e devolve-se como nação pobre. Cotidianamente, a percepção dessa contradição explica a disseminação da chamada cultura do escapismo fiscal. O contribuinte médio, consciente de que seu esforço não terá acesso a hospitais adequados, escolas dignas ou transporte decente. A partir daí, o problema não se resume apenas à evasão. A maior distorção está no próprio desenho da tributação, que isenta lucros e dividendos e concentra o peso sobre salários. De acordo com estudos oficiais, para cada R\$ 1 pago em imposto pelos mais ricos, outros R\$ 2 permanecem intocados em rendimentos não tributáveis. Em contrapartida, trabalhadores que recebem entre um e dois salários mínimos veem, para cada R\$ 1 isento, outros R\$ 7,60 confiscados na fonte ou na declaração.

Nesse contexto, as promessas de campanha que ampliam gastos públicos apenas reforçam a engrenagem do desequilíbrio. A multiplicação de ministérios, a manutenção de programas sem fonte de custeio e a ampliação de benefícios sociais sem a correspondente base arrecadatória aumentam a pressão sobre o orçamento. O Tesouro Nacional informou que a dívida bruta supera 75% do PIB, percentual elevado para uma economia emergente. Alguém, inevitavelmente, terá de pagar essa conta, e a história mostra que a fatura recai quase sempre sobre a classe média e os trabalhadores formais.

Há, ademais, o problema da opacidade fiscal. Apesar das normas de transparência, a execução orçamentária continua marcada por manobras, apelidadas de “pedaladas”, quando ganharam notoriedade política. O mecanismo de mascarar resultados, embora duramente criticado, ainda resiste sob novas roupagens.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria, a própria complexidade do sistema custa às empresas cerca de R\$ 60 bilhões anuais, apenas em horas destinadas ao cumprimento de obrigações acessórias. É um peso que desestimula investimentos e corrói a competitividade.

O Projeto de Lei nº 1.087/2025, atualmente em tramitação no Congresso, tenta alterar esse quadro. A proposta prevê isenção para quem recebe até R\$ 5 mil por mês, redução de alíquotas de até R\$ 7 mil e, sobretudo, a criação de um imposto mínimo sobre os super-ricos. Estudo do Ministério da Fazenda indica que a medida poderia elevar em até 45% a tributação sobre o 0,01% mais rico da população, corrigindo uma distorção histórica. Além disso, a desigualdade medida pelo Índice de Gini cairia de 0,6185 para 0,6178, e a progressividade do sistema aumentaria em 30%. Ainda que modestos, são efeitos concretos na busca por maior justiça fiscal.

Na tabela definida para 2025/2026, a faixa de isenção foi ampliada para R\$ 27.110,40 anuais, com alíquotas progressivas que chegam a 27,5% para rendimentos acima de R\$ 55.976,16. Embora o avanço represente um alívio pontual, não enfrenta a raiz da desigualdade: a ausência de tributação sobre grandes fortunas, lucros e dividendos. Sem essa correção, o discurso de justiça tributária permanece mais retórico do que efetivo.

Imposto, em qualquer tempo histórico, foi percebido como imposição. A diferença está no que o Estado devolve à sociedade. Países que alcançaram equilíbrio social transformaram tributos em serviços públicos de qualidade, entendendo a arrecadação como pacto coletivo. No Brasil, o pacto está rompido. Cidadãos pagam muito, recebem pouco e ainda convivem com o espetáculo de desperdícios e privilégios. O contribuinte comum não se recusa a colaborar, mas cobra transparência, eficiência e retorno, no mínimo.

A cada nova eleição, renova-se a promessa de alívio. Contudo, o que se observa é a repetição de práticas que oneram quem menos pode e preservam quem mais acumula. Sem coragem política para rever isenções, simplificar o sistema e combater o desperdício, o país continuará condenado a viver sob o signo do paradoxo: tributa como nação rica, devolve como sociedade pobre e perpetua a desigualdade que promete combater.

A frase que foi pronunciada:

“O desafio da esquerda é maior do que nunca. A gente nunca conviveu com uma situação tão adversa”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

História de Brasília

O que há é falso sensacionalismo. Pura e simplesmente. O rapaz está há um ano esperando julgamento e já foi adiado duas vezes.

(Publicado em 8/5/1961)



Caio Gomez / CCB/DA Press

Vítimas de trânsito podem, e devem, ser indenizadas



» LUCIO ALMEIDA
Presidente do Centro de Defesa das Vítimas de Trânsito (CDVT)

Ainda que o trânsito no Brasil seja considerado um dos mais violentos do mundo, segundo o relatório *Status report on road safety*, divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), não existe no país nenhuma política pública de amparo às vítimas de acidentes de trânsito desde que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro extinguiu a arrecadação do DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre), em 2020. No atual governo, até houve uma proposta de criação do SPVAT (Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito). Mas, em dezembro de 2024, ela foi revogada.

Desde então, quem sofre um acidente de trânsito, seja culpado ou não pelo sinistro, vive à própria sorte. Muitos sem qualquer fonte de renda para custear o tratamento e poder se recuperar dos ferimentos sofridos — em muitos casos, as vítimas são condenadas a sequelas irreversíveis, como mostra o Estudo dos custos de acidentes de trânsito no Brasil, realizado pelo Instituto de Segurança no Trânsito, que aponta que há cerca de 250 mil vítimas nessa situação, por ano.

Porém, existe um fundo de reserva de R\$ 2,6

bilhões proveniente da arrecadação do DPVAT, obtido antes de sua extinção. Valor que seria suficiente para indenizar, por exemplo, todas as vítimas de acidentes de trânsito nos anos de 2023 e 2024. No entanto, essa quantia segue intocável, apesar do Tribunal de Contas da União (TCU) já ter determinado sua liberação e da Defensoria Pública da União (DPU) ter entrado com uma ação judicial para assegurar as indenizações devidas. Entre argumentações e contestações que ainda tramitam pela Justiça, não é possível prever quando essa pendência será finalmente resolvida.

Por outro lado, a morosidade observada para resolver essa questão agrava ainda mais o sofrimento das vítimas de trânsito. Portanto, é necessário e urgente que as autoridades competentes coloquem um ponto-final sobre isso, que esse montante reprimido seja liberado o quanto antes para indenizar as pessoas que, além de ser de direito, tanto necessitam desse recurso para se recuperar da melhor forma possível e que possam seguir suas vidas de forma digna. Há de se considerar que boa parte das vítimas pertence a classes sociais menos favorecidas e que, durante o período de recuperação, ficam impossibilitadas de voltar a trabalhar, desprovidas de qualquer fonte de renda.

Mas é preciso ir além de resolver essa questão dos R\$ 2,6 bilhões. É imprescindível repensar sobre a criação de um mecanismo de proteção permanente às vítimas de acidentes de trânsito, sobre a necessidade de o país ter uma nova política pública que garanta uma assistência mínima para que as pessoas envolvidas em sinistros se recuperem das consequências dos danos causados, sem o sofrimento do descaso enfrentado em tempos atuais.

A política de um seguro obrigatório não é uma inovação recente. Iniciou-se em 1929 na Suécia, transformando-se num modelo que se estende atualmente por diversos países, inclusive nos menos desenvolvidos ou economicamente inferiores ao Brasil. No Peru, no Equador ou na Venezuela, por exemplo, as vítimas são cobertas pelo SOAT (Seguro Obrigatório de Acidentes de Trânsito), que cobre despesas médicas e hospitalares, independentemente de quem seja o culpado pelo acidente.

Nos últimos meses, temos pressionado nossos governantes a esse respeito, sugerindo projetos tanto no âmbito estadual quanto no federal. Em São Paulo, por exemplo, entre as medidas apresentadas estão indenização por óbito aos familiares, já que muitos mortos são provedores de família; reembolso parcial ou integral por despesas médicas para cobrir os gastos com hospitalização, medicamentos e reabilitação; e auxílio financeiro para as despesas com o funeral, em caso de vítimas fatais. Em Brasília, também apresentamos uma proposta de Projeto de Lei que obrigue plataformas digitais de transporte de passageiros e entregas de mercadorias a contratar seguro de vida e acidentes pessoais em favor de motociclistas e passageiros.

Seja motorista, passageiro ou pedestre, o que não podemos mais é tolerar que cidadãos sejam ceifados, mutilados, tornem-se paraplégicos ou tetraplégicos, sofram sequelas irreparáveis e sejam excluídos do mercado de trabalho, muitas vezes dependendo da caridade alheia por não conseguirem acesso aos benefícios sociais. Uma luta que deve ser de toda a população. Lembre-se: a próxima vítima pode ser você!